

Contribuições para a superação da cultura de violência contra mulheres no interior do Rio Grande do Sul: relato de experiência

Contributions to overcome the culture of violence against women in interior of Rio Grande do Sul: experience report

Maria Celeste Landerdahl^I, Letícia Becker Vieira^{II}, Laura Ferreira Cortes^{III} e Rosana Vargas Fraga^{IV}

Resumo

O Núcleo de Estudos Mulheres, Gênero e Políticas Públicas, do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desenvolve ações de atenção à saúde das mulheres que ultrapassam a dimensão biológica na medida em que considera as desigualdades de gênero, raça e etnia, dentre outros determinantes sociais da saúde, como fatores subjacentes à produção de violências. Com essa diretriz, temos desenvolvido ações de pesquisa, extensão e ativismo social, que vêm impactando a vida de mulheres/meninas/famílias de um município do Rio Grande do Sul e região, bem como estruturas de instâncias políticas. Elencamos algumas iniciativas que fazem parte do conjunto de atividades desenvolvidas desde 2009, quando as ações passaram a ser abrangentes e articuladas entre si, na busca pela visibilidade de questões que valorizem e destaquem temas como direito das mulheres/desigualdades de gênero/violência de gênero/políticas públicas para as mulheres/controle social/empoderamento, como forma de contribuir para mudanças culturais necessárias relacionadas a violências. Dentre estas, destaca-se a contribuição na elaboração de uma nova lei para o Conselho Municipal de Direitos das Mulheres de Santa Maria, com princípios que respeitem a representatividade, a autonomia, a laicidade e a democracia – características essenciais de instâncias de controle social. Vislumbra-se que, na vertente política e social, o núcleo vem contribuindo para mudanças na cultura da violência que impacta a saúde de indivíduos, famílias e comunidades.

Palavras-chave: Saúde das Mulheres, Violência contra as Mulheres, Empoderamento Feminino

Abstract

The Center for Women's Studies, Gender, and Public Policy, Department of Nursing / UFSM , develops programs in health care for women that go beyond the biological dimension insofar as we consider the inequalities of gender, race and ethnicity , among other Social Determinants of health, that are underlying factors to the violence production. With this guidance, we have been developed researches, extension activities, and social activism, which have been impacting the women, girls, families lives in a city of RS and region as well as in structures of political bodies. We listed some initiatives that are part of the set of activities developed since 2009, when the activities were comprehensive and coordinated among themselves in order to both valorize and highlight issues such as women's rights, gender inequalities, gender violence, public policies for women, social control, empowerment as a contribution to cultural changes related violence . Among these , there is the contribution to the drafting of a new Law for the Municipal Council of Women's Rights in Santa Maria, whose principles respect the representation, autonomy, secularism, and democracy; essential characteristics of social control agencies. One sees that in the political and social aspects , the Center has been contributed to culture of violence changes that impacts the individuals, families, and communities health.

Keywords: Women's Health, Violence against Women, Women's Empowerment

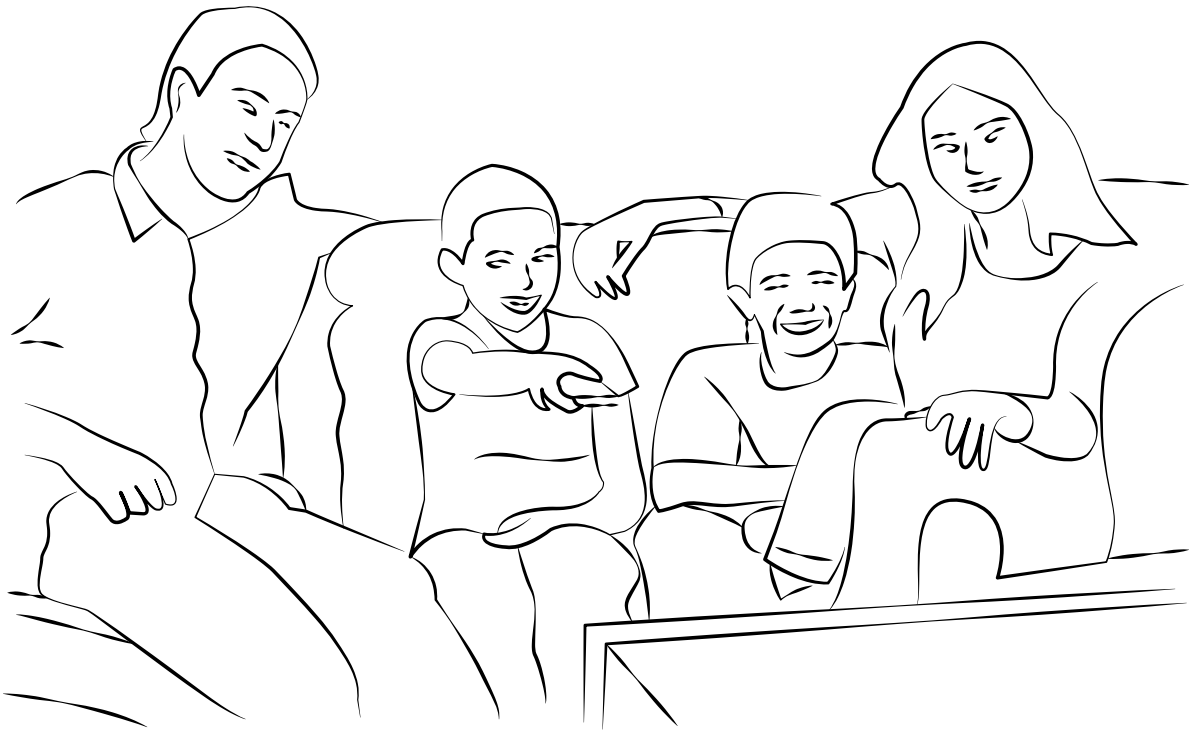
^I Maria Celeste Landerdahl (mclanderdahl@gmail.com) é enfermeira, doutoranda pelo DINTER UNIFESP/SP – UFSM/RS – UFRJ/RJ, professora Adjunta do Departamento de Enfermagem UFSM/RS e líder do Núcleo de Estudos Mulheres, Gênero e Políticas Públicas – NEMGeP do Dep. Enfermagem – UFSM-RS.

^{II} Letícia Becker Vieira (lebvieira@hotmail.com), enfermeira, especialista em Gênero e Sexualidade IMS/UERJ, mestre em Enfermagem, doutoranda na Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro – EEAN – UFRJ/RJ. Bolsista CNPq, membro do Núcleo de pesquisa de Saúde

da Mulher NUPESM-EEAN/UFRJ, bolsista CNPq, Vice-líder do NEMGeP – UFSM/RS e membro do Grupo de Pesquisa Cuidado à Saúde das Pessoas, Famílias e Sociedade-PEFAS – UFSM-RS.

^{III} Laura Ferreira Cortes (lferreiracortes@gmail.com), enfermeira, especialista pela Residência Multiprofissional – UFSM/RS, mestranda pelo PPGEnf – UFSM/RS e membro do NEMGeP UFSM/RS e do PEFAS UFSM/RS.

^{IV} Rosana Vargas Fraga (rosannavargas1207@hotmail.com), assistente Social, mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria e membro do NEMGeP UFSM/RS.



Introdução

O contexto como fator de motivação

Os determinantes sociais da saúde (DSS), entendidos como fatores sociais, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais, são reconhecidos como elementos que influenciam na ocorrência de problemas de saúde da população². Nesta ótica, percebe-se a ampliação do conceito de saúde, posto que agrega condicionantes que até então não eram considerados na análise do panorama sanitário brasileiro, os quais exigem adequações ou elaboração de políticas públicas que se alinhem a uma nova compreensão do que seja saúde.

No que tange à saúde das mulheres no país, destacam-se iniciativas políticas que pretendem superar a abordagem estritamente biológica e com foco nas funções reprodutivas, incorporando as desigualdades de gênero, dentre outras, como importante determinante social da saúde. Tal posicionamento está balizado na compreensão de que comportamentos de homens e mulheres, alicerçados em padrões hegemônicos de feminilidade e masculinidade, são geradores de sofrimento, adoecimento e morte¹⁶. Entendemos “gênero” a partir de elementos que integram relações sociais entre mulheres e homens, tendo um caráter histórico e cultural que marca e delimita o corpo de cada sujeito e seu campo de atuação. Assim, as relações de gênero dão suporte à elaboração de normas e suas formas de apli-

cação. Sua construção, manutenção e reprodução são sustentadas por meio de símbolos, normas e instituições, que definem modelos de ser homem e ser mulher, bem como padrões de comportamento para ambos¹⁸.

A violência contra as mulheres é um dos principais indicadores de discriminação de gênero, constituindo um grave problema de saúde pública e violação aos direitos humanos. Para enfrentar essa realidade, instrumentos políticos internacionais de fomento à cidadania das mulheres vêm sendo elaborados, de modo a qualificar a experiência participativa das mulheres e a sua influência na formulação de agendas públicas voltadas à equidade de gênero. Assim, o Brasil, dentre outros países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), ratificou convenções, protocolos e planos de ação originados em eventos internacionais relacionados aos direitos das mulheres, com destaque para o enfrentamento da violência. Esse movimento integra a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher-Cedaw (1979), a Declaração de Viena (1993), a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher-“Convenção de Belém do Pará” (1994), a Declaração de Beijing (1995), por exemplo¹⁴.

Destaca-se que a “Convenção de Belém do Pará”, realizada no Brasil, discutiu as questões da violência con-

tra a mulher, apontando-a como violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Reiterou ainda que o exercício dessa violência limita total ou parcialmente a mulher e retira-lhe o exercício dos direitos de cidadania e de liberdades. A Convenção foi um marco importante nessa área, tornando públicos e notórios alguns termos sobre o assunto⁴. Nesse cenário, destacam-se os movimentos feministas como impulsionadores de discussões, conquistas e enfrentamento da violência contra as mulheres^{1,3}, contribuindo para o alinhamento do Estado brasileiro aos acordos e recomendações internacionais.

Na área da saúde, algumas respostas se apresentaram com a inauguração do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983. Esse programa pretendia romper com a visão reducionista das mulheres, abordadas somente na sua fase reprodutiva e centrada no período gravídico-puerperal. O PAISM, no lastro do Movimento Sanitário à época, incorporou princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), dentre eles a universalidade, a equidade e a integralidade, recomendando abordar a mulher desde a adolescência até a velhice como um ser inteiro, superando, portanto, a visão materno-infantil¹³. Além disso, despertou a atenção para a conquista da saúde das mulheres como uma questão de direito, em consonância com a concepção de saúde assegurada mais tarde na Constituição Federal de 1988. Embora o PAISM tenha representado um marco na filosofia de assistência às mulheres, suas premissas nunca foram totalmente implementadas no Brasil. Essa trajetória, todavia, tem possibilitado avanços importantes e vem trilhando caminhos na direção da conquista dos direitos sexuais e reprodutivos. Com esse antecedente, vinte anos depois, o Ministério da Saúde amplia sua proposta e elabora a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher¹¹, que incorpora, na perspectiva de gênero, a integralidade e a promoção da saúde, bem como o combate à violência de gênero, dentre outros princípios e ações.

Nessa trajetória de conquistas, dispõe-se desde 2006 de um instrumento legal para prevenção e enfrentamento da violência e proteção da mulher: a lei n. 11.340 – Maria da Penha. Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, configurando-se como um importante marco de efetivação da política para esse público⁹.

No ano de 2008, foi elaborada a Política Nacional de

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estruturada com base no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). Esse documento tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional¹⁵.

Tal cenário representa um desafio para toda a sociedade no que se refere à efetiva implementação dessas iniciativas e também para a formação de profissionais da área da saúde, pois significa a superação de uma cultura apoiada em preconceitos e discriminações que as mulheres vêm sofrendo ao longo da história. Implica perceber outros condicionantes presentes para o bem-estar e a saúde das mulheres e, a partir daí, realizar intervenções condizentes com sua realidade. A enfermagem, como prática que se envolve com questões políticas e sociais, deve se engajar nesse movimento como forma de contribuir para a efetivação das transformações necessárias que contemplem demandas das mulheres e consolidem o conceito ampliado de saúde⁸. Nessa perspectiva, o Núcleo de Estudos Mulheres, Gênero e Políticas Públicas (NEMGeP), do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria, vem trabalhando com a finalidade de que as conquistas e os desafios se configurem como possibilidades de transformação. Para tanto, desenvolvemos ações de atenção à saúde das mulheres para além da dimensão biológica, na medida em que consideramos as desigualdades de gênero, de raça e de etnia, juntamente com outros marcadores sociais, como precursores de violências. As iniciativas vêm impactando a vida de mulheres/meninas/famílias do município de Santa Maria (Rio Grande do Sul) e região. A origem dessas ações é oriunda da experiência de sua coordenadora, desde o ano de 1993, em uma Unidade Básica de Saúde de Santa Maria, onde desenvolve atividades docentes, cujo foco são as mulheres, da adolescência até a velhice, com ações de educação em saúde e cidadania sintonizadas com diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Cabe destacar que, em 2012, o NEMGeP/UFSM recebeu o 1º Prêmio Boas Práticas no Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, da Campanha Ponto Final na Violência Contra as Mulheres-América Latina e Caribe,



promovido pela Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, Coletivo Feminino Plural e Fórum Municipal da Mulher de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Esse prêmio, ao mesmo tempo que simboliza o reconhecimento de nosso trabalho no âmbito dos direitos das mulheres, nos convida a socializar algumas iniciativas que mais se destacam no conjunto de ações desenvolvidas desde 2009. Este relato, portanto, abarca respostas voltadas à sociedade civil e também ao setor saúde no enfrentamento da violência contra as mulheres, como forma de estimular outros sujeitos/grupos a se engajarem em iniciativas que visem à superação de violências, em especial a violência contra as mulheres.

Nossas ações como possibilidade de superação da cultura de violência contra mulheres

A academia tem o papel de produzir e disseminar conhecimentos considerando os avanços das políticas públicas no Brasil, em especial as dirigidas às mulheres, podendo fazê-lo na medida em que cria espaços para debates e aprendizado que deve preparar, também, para o embate político e a intervenção social. Nessa linha trabalhamos, por meio de atividades de pesquisa, ensino e assistência alinhadas à extensão universitária e ao ativismo social. Apresentaremos, objetivamente, algumas iniciativas que fazem parte do conjunto de ações já desenvolvidas e em desenvolvimento pelo NEMGeP. Estas passaram, desde 2009, a ser mais abrangentes e articuladas entre si como forma de contribuir para o debate sobre direitos das mulheres e a implementação de iniciativas políticas, em nível local e regional. Acreditamos que tais temáticas estão nos alicerces das desigualdades que causam a violência doméstica, a violência ocorrida na comunidade e a violência institucional.

Programa de Extensão Universitária Mulheres Conquistando Cidadania – Proext 2009 – Edital n. 06 – MEC/Sesu

Implementado em 2010, seu principal objetivo foi contribuir para a efetivação do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, tendo como foco o eixo “autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social”.

O programa desenvolveu três ações integradas: 1) curso profissionalizante na área da construção civil, dirigido a

sessenta mulheres; 2) diálogo em espaços públicos sobre políticas públicas para mulheres; e 3) aglutinação das ações por meio de produção científica. O curso foi ministrado em dois eixos: o técnico e o político. O eixo técnico foi desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com setenta horas. O segundo eixo, com trinta horas, foi implementado pelo NEMGeP, por meio de oficinas coordenadas por docentes e pós-graduandos do Departamento de Enfermagem da UFSM, com rodas de conversas e dinâmicas interativas que permitiram discutir temas como: saúde, gênero e empoderamento; direitos humanos/direitos das mulheres; políticas públicas para as mulheres; HIV/Aids e violência; direitos sexuais e reprodutivos; planejamento reprodutivo, documentação para o trabalho, dentre outros. Por meio dessa iniciativa, foram qualificadas 38 mulheres, gerando autonomia financeira e melhor qualidade de vida para suas famílias. Algumas estão trabalhando em empresas e outras de forma autônoma.

No término do programa, realizou-se uma pesquisa cujo objetivo foi conhecer a percepção das mulheres sobre sua participação no Programa de Extensão Mulheres Conquistando Cidadania. O estudo apontou o despertar das mulheres visando a um processo de empoderamento. Na medida em que o programa impactou positivamente o cotidiano das participantes, as marcas deixadas dizem respeito a algumas transformações na sua vida e saúde oriundas da elevação da autoestima, da valorização e percepção de si como ser humano que tem direitos e que pode enfrentar o instituído.

Como profissionais em constante formação e como mulheres, o programa ampliou a visão acerca do contexto sociocultural das participantes e da amplitude do campo de atuação em saúde, uma vez que, comprometidas com as demandas sociais e de saúde, reforçamos a possibilidade de atuar visando à igualdade de gênero e à integralidade do cuidado. No âmbito do ensino, esta pesquisa nos permite sugerir que profissionais da área da saúde, em especial os da enfermagem, dirijam um olhar mais atento às demandas ditas e não ditas pelas mulheres. Subsídios teóricos e práticos têm possibilitado ao acadêmico rever conceitos, princípios e valores que devem estar alinhados a pressupostos éticos e políticos, bem como ao compromisso com o modelo de saúde em construção no Brasil. No entanto, no âmbito da assistência, faz-se necessário que as usuárias se reconheçam como sujeitos com direitos, oportunidades,

responsabilidades e competências na busca por autonomia nos vários aspectos de sua vida e saúde⁷.

Curso de Aperfeiçoamento Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR)

Este curso foi promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC), juntamente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), ONU Mulheres (entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM/IMS/Uerj). Foi operacionalizado pelo NEMGeP no período de 2010 a 2012 e teve como objetivo contribuir para a formação de sujeitos aptos a atuarem no processo de elaboração, aplicação, monitoramento e avaliação de projetos e ações, de forma a assegurar a transversalidade e a intersectorialidade de gênero e raça nas políticas públicas. Dirigiu-se a servidores(as) dos três níveis da administração pública – gestores(as) das áreas de educação, saúde, trabalho, segurança e planejamento; integrantes dos Conselhos de Direitos da Mulher; de Fóruns Intergovernamentais de Promoção da Igualdade Racial; dos Conselhos de Educação; ativistas sociais e dirigentes de organismos não governamentais ligados à temática de gênero e da igualdade étnico-racial.

Com o apoio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o curso foi desenvolvido em cinco módulos, com carga horária de trezentas horas, na modalidade de educação a distância (EAD), cuja proposta é utilizar as tecnologias de informação e comunicação (TICs). Foi ofertado para seis municípios do Rio Grande do Sul: Cachoeira do Sul, Restinga Seca, Santana do Livramento, São João do Polêsine, Sobradinho e Três de Maio. Contou com cinco encontros presenciais e o uso de ambientes virtuais de aprendizagem via plataforma Moodle.

Os conteúdos dos cinco módulos foram impressos em forma de apostilas e disponibilizados na plataforma Moodle. Elaborados sob responsabilidade do CLAM, consistiam em: Módulo I – Políticas Públicas e Promoção da Igualdade; Módulo II – Gestão Pública e Gênero; Módulo III – Gestão Pública e Raça; Módulo IV

– Estado e Sociedade; e Módulo V – A Transversalidade de Gênero e Raça na Gestão Pública.

A proposta pedagógica esteve alinhada a pressupostos da educação transformadora^{5,6}, que estimula e considera a autonomia do sujeito no processo educativo. Dessa forma, o aprendizado se efetivou na caminhada coletiva, em que as pessoas envolvidas contribuíram na construção de conhecimentos críticos a fim de desafiar o instituído, por meio da gestão de políticas públicas que considerem as desigualdades de gênero e raça.

Sete docentes e 14 tutoras contribuíram na formação de 147 agentes sociais. A experiência foi desafiadora e ao mesmo tempo gratificante. As relações dialógicas tecidas no curso propiciaram a análise crítica das desigualdades sociais, assinalando a responsabilidade do coletivo e de cada participante em transformar a realidade das mulheres. Considerando a temática complexa apresentada pelo GPP-GeR, pensamos que foi possível iniciar um processo de sensibilização dos envolvidos a respeito da importância de se implementarem políticas públicas de forma ampliada, nas quais as desigualdades sejam consideradas.

Reitera-se que as transformações geralmente não acontecem a curto prazo, mas com a socialização de conhecimentos, as(os) cursistas estarão contribuindo para a superação de iniquidades nos lugares onde vivem, trabalham e se relacionam. É a trajetória possível de ser feita na mudança cultural que se quer principalmente acerca do tema violência contra as mulheres. O acompanhamento pós-curso indica que muitos estudantes já estão aplicando o conhecimento adquirido nos seus trabalhos, bem como na vida pessoal.

Ativismo social: a busca por uma nova lei para o Conselho Municipal de Direitos das Mulheres de Santa Maria (CMDM)

Enfrentamentos importantes possibilitaram uma conquista para as mulheres do município de Santa Maria: a elaboração de uma nova lei para o CMDM. Esta lei, de número 5.548, aprovada em novembro de 2011, foi resultado de embates do NEMGeP, na luta por uma instância de controle social em defesa das mulheres que fosse autônoma, democrática, representativa, laica e, principalmente, operativa. Entende-se o controle social como um direito de cidadania no qual os sujeitos exercem seu papel na elaboração, na fiscalização, no

acompanhamento e na avaliação de políticas públicas. Tem como base a democracia, sendo exercida com a participação popular nos espaços dos conselhos e das conferências nas três esferas de governo, assim como em audiências públicas. Nesses espaços, as pessoas podem desempenhar seu poder de maneira indireta, mediante representantes eleitos; ou diretamente, por meio de plebiscitos, referendos, projetos e ações de iniciativa popular.

Observa-se, no entanto, que a participação e o controle social não estão efetivados em plenitude, em razão da falta de informação e existência de interesses múltiplos que impedem o exercício democrático na busca por direitos da população¹⁷. Isso justifica alguns impasses enfrentados na implementação dessa nova lei – impasses esses que vêm exigindo a união de forças entre várias entidades que desejam assento no CMDM e que, portanto, apoiam a nova lei, juntamente com o Poder Judiciário, de forma a colocar a lei acima de interesses políticos e vaidades pessoais. Sabemos que essa lei simboliza uma vitória no campo político, mas não assegura de imediato a efetivação do controle social, uma vez que este só poderá ocorrer no momento em que as representações compreenderem seu papel em instâncias de participação da comunidade. Assim, entendemos que o trabalho deverá continuar por meio de capacitações que qualifiquem seus integrantes para o embate político caracterizado pelo jogo de forças que se dá no nível das decisões governamentais em torno de políticas para as mulheres no município.

Projeto de Extensão na Rádio Universidade/UFSM – Espaço NEMGeP no Rádio: a saúde das mulheres para além do biológico

Este projeto tem como objetivo abordar a saúde das mulheres para além da dimensão biológica. As temáticas trazidas para o programa se relacionam à promoção da saúde e prevenção de doenças por meio do enfoque nos direitos das mulheres, nas políticas públicas para as mulheres, na violência, nos direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros temas, com informações sobre os serviços de atendimento às mulheres no município. É realizado quinzenalmente por integrantes do NEMGeP, na Rádio Universidade da UFSM. Em alguns programas, contamos com convidadas(os) para serem entrevistadas(os), quando se dá voz a profissionais, mestrandos, docentes, alunos e comunidade em geral

que tenham alguma relação e experiência com a temática saúde das mulheres.

Ao divulgarmos dados específicos da saúde em uma rádio universitária, por meio de linguagem simples e de fácil compreensão, criamos um espaço democrático para discutir os vários contextos de vida e saúde das mulheres e, dessa forma, contribuir para a sensibilização da comunidade acadêmica e em geral, sobre a realidade social na qual as mulheres e os homens em toda a sua diversidade estão inseridos. Nesse sentido, o programa tem promovido a participação de alunas de graduação, pós-graduação e profissionais de diversas áreas, a partir do envolvimento com leituras, debates e ações permeadas pela ética e pelo compromisso social. Um programa de rádio de uma universidade, no contexto atual, de maior liberdade na circulação de ideias e informações, em especial em rádios vinculadas a instituições públicas de ensino superior, continua sendo veículo privilegiado de divulgação científica, agora também como espaço possível de interlocução entre o que é produzido na academia e outras formas de conhecimento socialmente partilhado¹².

Campanhas e eventos anuais

Dia Internacional da Mulher – com ações próprias do NEMGeP e participação em eventos municipais, o foco principal é alertar a população para o 8 de março como dia de luta e conscientização das mulheres sobre seus direitos, e não como uma data comemorativa. Problematisa-se a data por meio da publicação de artigos em jornais; abordagens em via pública, com entrega de material educativo; e também com a participação em eventos como a Semana Municipal da Mulher e outros debates que se apresentam no município e na região. As atividades referentes a essa data são importantes como experiência acadêmica e profissional na promoção de direitos das mulheres, uma vez que proporcionam maior conhecimento acerca de questões relacionadas ao contexto histórico e social das mulheres.

Participamos, também, da Campanha Internacional 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. No mesmo formato do 8 de março aborda-se este evento, com foco maior no dia 25 de novembro – Dia da Não Violência contra a Mulher. Esta campanha, em suas várias edições no Brasil, ampliou a difusão pública da temática da violência contra as mulheres, com a realização de eventos públicos sobre o tema.



Alguns deles contribuíram para a legitimidade social e a criação de novos mecanismos legais de enfrentamento do problema, como a Lei Maria da Penha⁹. No ano de 2011, participamos da 1ª Marcha de Não Violência contra as Mulheres de Santa Maria, um momento histórico, com um grande público de mulheres e homens. No ano seguinte, participamos da 2ª Marcha, feita em parceria com a 1ª Marcha de Luta contra a Aids, no dia 1º de dezembro de 2012. Estas duas marchas integraram a 1ª e a 2ª Semanas Municipais de Não Violência contra as Mulheres, que o NEMGeP tem ajudado a programar.

Movimentos dessa natureza, na medida em que dão visibilidade às lutas das mulheres, estimulam reflexões sobre o tema e sobre a necessidade de desnaturalização de comportamentos violentos e discriminatórios contra as mulheres. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer a fim de enfrentar esse tipo de violência. É necessário, dentre outras iniciativas, que as temáticas relacionadas às questões de gênero sejam abordadas desde o ensino infantil, culminando, como tema transversal, em todos os cursos superiores.

Considerações finais

O conjunto das ações destacadas em nível municipal e regional têm sido com certeza desafiador, inovador e mobilizador. Na medida em que essas ações têm dado visibilidade ao movimento contra o estabelecido, que entendemos como uma cultura que reforça a desvalorização e promove desigualdades de gênero, têm permitido questionamentos de instâncias da gestão pública por não operarem na esteira de políticas públicas que contemplem as necessidades das mulheres. Principalmente, vem sendo um desafio ir para as ruas, expor essas lutas à população, que, muitas vezes, parece não dispor de entendimento das reais intenções dessas manifestações, pelo fato de que, na prática, os direitos das mulheres ainda não são efetivados como direitos humanos. Tem sido desafiador discutir com o poder público a necessidade de implementar serviços recomendados pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, como o Centro de Referência para a Mulher e, principalmente, a Rede de Atenção às Mulheres que Sofrem Violência. Estamos atentas também à Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, a fim de que esta seja operativa, qualificada e comprometida com as demandas das mulheres.

Acreditamos na contribuição do NEMGeP para que uma outra história possa ser escrita para e com as mulheres, de forma que as estratégias utilizadas possam contribuir para discussões que coloquem o município e região alinhados com recomendações do Ministério da Saúde, Organização Mundial da Saúde, SPM, Seppir, ONU Mulher, dentre outras instâncias políticas que lutam pelos direitos das mulheres, estando nesse grande bojo a não violência de gênero. Para isso, procuramos a integração com serviços e instituições que trabalham com mulheres, como é o caso da Delegacia para a Mulher, o Hospital Universitário de Santa Maria, a Casa de Passagem e coletivos feministas que vêm aos poucos aflorando em Santa Maria. Com isso, e contando com um Conselho de Direitos qualificado, esperamos continuar fazendo frente às questões de violência contra as mulheres no município.

a violência contra a mulher-AGENDE. Dez anos da adoção da Convenção de Belém do Pará. *AGENDE Informativo* maio 2004; 5(7): 4.

Referências

1. Andrade CJM, Fonseca RMGS. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. *Rev Esc Enferm USP* 2008; 42(3):591-5.
2. Buss PM, Filho AP. A Saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Rev. Saúde Coletiva* 2007; 17(1):77-93.
3. Casique LC, Furegato ARF. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Rev Latino-Am Enferm* 2006; 14(6): 950-56.
4. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher-AGENDE. Dez anos da adoção da Convenção de Belém do Pará. *AGENDE Informativo* maio 2004; 5(7): 4.
5. Freire P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992.
6. Freire P. *Pedagogia do oprimido*. 36.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2003.
7. Landerdahl MC, Vieira LB, Cortes LF, Padoin SMM. Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. *Esc Anna Nery* 2013; 17(2):306 - 312.
8. Landerdahl MC, Vieira LB, Pimenta LF, Fraga RV, Hentges KJ, Morais MR. Contribuições de um núcleo de estudos na consolidação de políticas públicas para as mulheres. *R. Enferm. UFSM* 2011 Jan/Abr;1(1):71-79.
9. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília (DF): Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2006.
10. Maciel DA. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas. O caso da Campanha da Lei Maria da Penha. *RBCS* 2011; 26(77): 97-111.
11. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília (DF); 2007.
12. Nascimento ARA, Ribeiro ID, Mello IFL, Guimarães LE, Mariano LI. Divulgando a psicologia no rádio: relato de uma experiência. *Psicologia: ciência e profissão* 2011; 31(4): 880-91.
13. Osis MJMD. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. *Cad. Saúde Públ.* 1998; 14(Supl. 1):25-32.
14. Prá JR, Epping L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. *Estudos Feministas* 2012; 20(1): 33-51.
15. Presidência da República (BR), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília (DF): Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2008.
16. Presidência da República (BR), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília (DF): Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; 2008.
17. Rolim LB, Cruz RSBL, Sampaio KJAJ. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. *Saúde em Debate* 2013; 37 (96):139-147.
18. Scott J. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica, 1989. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/plugin-file.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 03 de julho de 2013